



TRAGÉDIA EM VINHEDO

Equipes do IML verificam impressões digitais, arcada dentária e material biológico na análise dos corpos das vítimas do acidente com Voepass. Governo dá prazo de 48 horas para a empresa explicar como está a assistência às famílias

27 passageiros do voo foram identificados

» MAYARA SOUTO

É lento, complexo e detalhado o trabalho de reconhecimento das vítimas do acidente aéreo ocorrido em Vinhedo (SP) na última sexta-feira. A tragédia matou 62 pessoas. Até a atualização de ontem à noite, 27 pessoas foram reconhecidas pelo Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo. As equipes legistas analisaram impressões digitais, arcada dentária e material biológico dos familiares, que anseiam por levar os restos mortais dos entes queridos e concretizar o luto. Até o momento, 12 corpos foram liberados às famílias. De acordo com o governo estadual de São Paulo, mais de 40 profissionais atuam na identificação das vítimas do acidente aéreo. "Cada caso possui sua complexidade e cada vítima necessita de exames específicos para viabilizar a total identificação, não sendo possível estimar prazos para que isso ocorra", informa a nota.

A maior parte das identificações realizadas até aqui foram feitas por impressões digitais (23 pessoas) e outras quatro por arcada dentária. Além disso, está sendo coletado material biológico de familiares para a identificação por DNA — 28 famílias já realizaram a entrega em São Paulo, e outras 17 em Cascavel. Espera-se, ainda, que familiares do Ceará façam a coleta na Polícia Científica local. No aguardo da liberação dos corpos, a Força Aérea Brasileira (FAB) disponibilizou uma aeronave para o transporte das urnas funerárias com os restos mortais das vítimas. O avião está na Base Aérea de São Paulo, pronto para ser usado e "aguarda as liberações oficiais por parte dos demais órgãos envolvidos na ocorrência". O voo partirá da capital paulista com destino a Cascavel, no Paraná, de onde partiu a aeronave que caiu.

Na cidade paranaense, o prefeito Leonardo Paranhos (Podemos) iniciou a preparação para possível velório coletivo no Centro de Convenções e Eventos do município. "Família decidirá como e onde será feito o velório de seus entes queridos. Neste momento de dor, a decisão da família é soberana. O espaço do Centro de Eventos está à disposição como forma de resguarda para aqueles que optarem por um local mais amplo", explicou o gestor nas redes sociais.

Alguns velórios já foram realizados. É o caso de Daniela Schulz Fodra, 30 anos, e Hiales Fodra, 33, velados ontem em Santa Rosa (RS), onde a mulher nasceu. Uma nova cerimônia ocorre hoje em Moreira Sales (PR), onde Daniela e Hiales serão sepultados. O casal estava indo a uma competição de fisiculturismo nos Estados Unidos, em que Daniela iria concorrer.

Assistência

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, notificou ontem a Voepass Linhas Aéreas, responsável pelo

ESTADÃO CONTEÚDO



Velório do casal Daniela Schulz e Hiales Fodra em Santa Rosa (RS): governo de São Paulo não estabeleceu prazo para concluir o trabalho de identificação dos passageiros da Voepass

ESTADÃO CONTEÚDO



Aeroporto de Florianópolis: terminal ficou mais de 16 horas com voos suspensos

voo, a prestar esclarecimento sobre a assistência fornecida aos familiares das dezenas de vítimas. A companhia tem 48 horas para responder às indagações do órgão responsável pela aplicação da Política Nacional das Relações de Consumo e pela proteção dos direitos dos consumidores.

O documento pede detalhes sobre os canais de atendimento disponíveis e quais são as assistências oferecidas aos atingidos pela queda da aeronave. A Senacon também cobra os detalhes técnicos sobre as aeronaves da companhia, incluindo modelos, ano de fabricação e periodicidade das revisões.

A ação determina ainda que a companhia aérea amplie os canais de

atendimento aos familiares, independentemente da resposta fornecida pelo órgão público. A notificação da Senacon ocorre após reclamações sobre a obstrução nas linhas telefônicas de atendimento da companhia aérea e a falta de resposta da Voepass.

Em nota ao **Correio**, a companhia aérea informou que "neste momento, nossa prioridade está em assistir, acompanhar e viabilizar apoio estrutural e psicológico às famílias das vítimas do acidente". Segundo a empresa, "todos os esforços logísticos e operacionais" estão sendo realizados. "Foi disponibilizado aos familiares um telefone exclusivo para facilitar o contato e oferecer suporte no que for necessário.

Contudo, esse telefone é restrito aos familiares e não será divulgado", esclareceu a companhia.

A FAB concluiu, ontem, a primeira etapa do trabalho para identificar a causa da queda do avião. A investigação segue, agora, com as informações obtidas nas caixas-pretas. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos, responsável pelo procedimento investigativo, estima que o relatório preliminar do acidente será divulgado em até 30 dias. A Polícia Civil de SP também instaurou inquérito, assim como a Polícia Federal.

Com o encerramento do trabalho da FAB no local do acidente, a Voepass pode acessar o local para resgatar pertences pessoais das vítimas e realizar a própria investigação, se assim desejar. Até o encerramento desta edição, não havia mais informações sobre a atuação da empresa no condomínio onde ocorreu a queda.

Investigada pela Aeronáutica e pela polícia, a Voepass também é alvo do Ministério Público do Trabalho. Funcionários da companhia aérea denunciaram jornadas de trabalho exaustivas.

Aeroportos fechados

Dois incidentes aéreos ocorridos nesta segunda-feira prejudicaram o movimento de dois aeroportos. O Aeroporto Internacional de Florianópolis, na capital de Santa Catarina, e o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas (SP), ficaram fechados por várias horas. As pistas de voo foram interditadas após aviões estourarem os pneus durante aterrissagem nesta segunda-feira (12/8).

Família decidirá como e onde será feito o velório de seus entes queridos. Neste momento de dor, a decisão da família é soberana. O espaço do Centro de Eventos está à disposição"

Leonardo Paranhos, prefeito de Cascavel (PR)

Já em Florianópolis, o aeroporto ficou fechado por mais de 16 horas. A pista de pouso só foi liberada às 20h15. O terminal suspendeu as operações desde a madrugada, quando um avião da Azul (modelo Embraer 195-E2) estourou os pneus ao pousar na pista, por volta das 2h30min. O voo chegava de Belo Horizonte.

STF julga regras para investigação de desastres

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) julga, amanhã, uma ação que trata das regras de investigação sobre acidentes aéreos no Brasil. Entre os itens, o processo questiona a limitação ao uso como prova na Justiça dos dados de apuração em caso de queda e os limites estabelecidos em lei para a polícia e o Ministério Público acessarem os destroços de aeronaves.

O processo foi apresentado em 2017 pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Em 2021, o relator, ministro Kassio Nunes Marques, votou, em plenário virtual, para validar os trechos questionados. No entanto, o julgamento foi paralisado após um pedido de vista (mais tempo de análise) de Alexandre de Moraes.

Desde então, o caso entrou e saiu da pauta do plenário algumas vezes, sem nunca ser chamado a julgamento. Após a repercussão da tragédia do avião da Voepass, o presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso, colocou a ação no plenário físico como primeiro item da pauta de amanhã.

O processo questiona trechos do Código Brasileiro de Aeronáutica, que foram alterados por uma lei de 2014. A norma mudou regras sobre as investigações do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Sipaer) e o acesso aos destroços de aeronaves. Também prevê que as conclusões dos técnicos, em regra, não seriam usadas como provas em processos judiciais.

Atualmente, o Sipaer fica sob a responsabilidade do Centro de Investiga-

ção e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa). A PGR questiona a precedência dada ao Sistema no acesso e na guarda de itens de interesse para a investigação, inclusive dos dados das caixas-pretas. A legislação também estabeleceu que o uso do material como prova depende de decisão da Justiça, além de restringir o acesso aos destroços das aeronaves acidentadas.

Segundo Janot, os trechos alterados violam direitos fundamentais como o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. "Trata-se de dados que dizem respeito a pessoas atingidas por acidentes e incidentes aéreos, a seus familiares e às funções institucionais desses órgãos. A proibição legal de acesso suprime o direito de defesa garantido constitucionalmente", diz o procurador na ação.

A PGR alega que uma eventual responsabilização de empresas aéreas e fabricantes pode ser prejudicada por conta da legislação vigente. "Nas investigações aeronáuticas administrativas, não é raro que equipamentos de aeronaves sinistradas sejam enviados aos próprios fabricantes para análise. Isso é perfeitamente compatível com as finalidades e princípios dessa investigação, que busca prevenir acidentes e incidentes, mas não é, em princípio, com a busca da verdade em processos cíveis e, principalmente, criminais", afirma.

"Falhas nesses produtos podem gerar responsabilidade civil e até criminal de fabricantes e seus prepostos, e não se pode admitir que partes tendencialmente interessadas em se ferrar a tais responsabilidades realizem tais exames sem acompanhamento devido de

peritos do sistema de Justiça", completa o documento encaminhado ao STF.

Ontem, o ministro Luís Roberto Barroso recebeu os dirigentes da Azul, Gol e Latam, além do presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Tiago Sousa Pereira, e representantes de entidades do setor para debater a alta litigância na aviação. A reunião já estava agendada antes do acidente da Voepass e tinha como objetivo discutir o alto número de processos judiciais que impactam o custo das passagens, os investimentos e a oferta de voos em todo o país.

O presidente do STF explicou que o processo sobre as regras de investigação já era tratado como prioridade pela Corte, mas que, agora, se transformou em urgência. "Desde o início da gestão, o processo foi incluído em pauta diversas vezes e não foi julgado. Diante do acidente, o que já era prioridade para a pauta da presidência, se tornou mais urgente", disse após o encontro.